

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 135

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 135**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Requerimentos	02
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	03
Discussão / Votação:	
Redação Final	03
1ª Discussão	04
Requerimentos	17
Encerramento da Sessão	17
Publicações:	
Diretoria Geral:	
Portarias	18
Ata de Comissão:	
Obras Públ., Transp. e Comun. .	18
Programa de Demissão Voluntária:	
Pedido de Adesão	18

128ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 128ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE NOVEMBRO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Ratinho Júnior e Luiz Nishimori.

Presenças:

Às dezessete horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir

Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (47). Achando-se ausente a Sra. Deputada Arlete Caramês e pelos Srs. Deputados: Ademir Traiano, Cesar Seleme, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro e Neivo Beraldin (06); e em viagem representativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimento**

REQUERIMENTO Nº 3838

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando providências urgentes em relação à ameaça de rebelião e fuga que os presos da delegacia de Rolândia - que tem capacidade para trinta e quatro detentos, mas que abriga 103 - pretendem iniciar.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 398/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispondo sobre a proteção e a defesa dos consumidores de combustíveis.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 398/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Quem adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender produto combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente, ficará sujeito às seguintes sanções administrativas:

- I - multa;
- II - apreensão do produto;
- III - perdimento do produto;
- IV - interdição parcial ou total do estabelecimento.

§ 1º A desconformidade referida no *caput* deste artigo será comprovada por laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou por entidades ou órgãos por ela credenciados ou com ela conveniados.

§ 2º Caberá à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon aplicar as sanções administrativas, respeitando o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º As sanções administrativas previstas nesta lei poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 4º A imposição das penas de multa deverá observar o artigo 3º da Lei Federal nº 9.847/99, que trata da fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências.

§ 5º Aplicada a pena de perdimento, o produto apreendido será incorporado ao patrimônio do Estado.

§ 6º A interdição poderá ser temporária ou definitiva na forma estabelecida por esta lei.

§ 7º O interessado poderá interpor recursos para o Secretário de Estado da Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão que aplicar a sanção administrativa.

Art. 2º Sempre que testes preliminares realizados imediatamente após a coleta de amostras do combustível revelarem indícios ou evidências de desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente senão de pronto adotadas as seguintes providências, pelo agente fiscal, mediante termo próprio:

I - apreensão do combustível;

II - lacração e interdição do respectivo tanque ou bomba.

§ 1º A lacração e a interdição de tanque ou bomba de combustível não poderão exceder o período de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 4º.

§ 2º Na hipótese de resistência do proprietário ou de empregados do estabelecimento, será requisitado o auxílio de força policial.

Art. 3º Serão coletados 3 (três) amostras de cada compartimento do tanque que contenha o combustível a ser analisado, classificadas como:

I - Amostra nº 1, denominada “prova”, para ser encaminhada à Agência Nacional de Petróleo - ANP ou a entidade por ela credenciada ou com ela conveniada para realização de ensaios relativos à qualidade do combustível conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente;

II - Amostra nº 2, denominada “testemunha”, para ser entregue ao estabelecimento ou ao detentor do combustível;

III - Amostra nº 3, denominada “contraprova” para ser conservada na Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

Art. 4º Comprovada a desconformidade do produto, na forma estabelecida no parágrafo 1º do artigo 1º, o interessado será notificado, por via postal, para apresentar defesa administrativa à Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1º Se, ao teor da defesa prévia for requerida nova análise do combustível, a ser preenchida na Amostra nº 2 (“testemunha”), a lacração e interdição de tanque ou bomba serão mantidas pelo tempo necessário para a realização do ensaio.

§ 2º Fica facultada a transferência do combustível para depósito de terceiros, a requerimento do interessado, local onde permanecerá até o desfecho da discussão administrativa.

§ 3º A nova análise do combustível será efetuada pela Agência Nacional de Petróleo-ANP ou por entidades por ela credenciada ou com ela conveniada, e ocorrerá às expensas do interessado.

§ 4º Na hipótese de resultado divergente na Amostra nº (“testemunha”), que ateste a conformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon, encaminhará a Amostra 3º

(“contraprova”) à Agência Nacional do Petróleo - ANP ou a outra entidade por ela credenciada ou com ela conveniada, para realização de novo ensaio.

§ 5º Se a defesa for acolhida haverá a imediata restituição do produto.

Art. 5º Não apresentando a defesa ou corroborada, na conclusão do processo administrativo, a desconformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, será imposta a pena de perdimento.

§ 1º Se não houver condições técnicas para o reprocessamento, o produto será retirado de circulação e inutilizado.

§ 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à remoção, transporte e reprocessamento do produto, podendo para tanto firmar acordos ou promover contratações com órgãos públicos e empresas.

Art. 6º Será decretada a interdição do estabelecimento na ocorrência isolada ou cumulativa das seguintes hipóteses:

I - reincidência na prática da infração descrita no artigo 1º desta lei;

II - rompimento do lacre assegurador da inviolabilidade de bomba ou tanque colocado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon, pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR ou por órgãos conveniados.

III - cassação da eficácia da inscrição do estabelecimento no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, junto à Secretaria da Fazenda que, para proceder a aplicação da pena, deverá ser oficialmente comunicada.

§ 1º A reincidência referida no inciso I deste artigo pressupõe a prolação de prévia decisão administrativa definitiva, confirmatória da infração em causa.

§ 2º O rompimento do lacre a que se refere o inciso II deste artigo será documentado por termo circunstanciado.

§ 3º Cassada a eficácia da inscrição do estabelecimento, a Secretaria da Fazenda comunicará o fato, no prazo de 5 (cinco) dias à Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon, para a decretação da interdição a que se refere o inciso IV do artigo 1º desta lei.

Art. 7º Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade quando societário do estabelecimento for integrado por pessoas interpostas.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, serão notificadas e responsabilizadas as pessoas que, individualmente ou conluídas em sociedades de fato, tiverem dado causa à infração descrita no

artigo 1º ou contribuído para a prática de ato infracional.

Art. 8º Presume-se ocorrido dano ou prejuízo ao consumidor que comprovar haver adquirido, do estabelecimento varejista, combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente.

Art. 9º Sempre no interesse de incrementar a eficiência e a amplitude de sua ação em defesa dos consumidores de combustíveis do Estado do Paraná, poderá a Secretaria de Justiça e da Cidadania, mediante convênio com a Secretaria da Fazenda, delegar à administração tributária as incumbências de apuração da infração referida no artigo 1º e de imposição das penalidades previstas nesta lei, sem prejuízo do desempenho das atribuições que lhe são próprias.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, correrão no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça os procedimentos administrativos instaurados em consequência das sanções aplicadas pelos agentes da fiscalização tributária.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 648/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate, do município de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na cidade de Laranjeiras do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2005, de 19/10/2005, em Projetos de Lei, pág. 11).**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 737/2005, dispondo sobre a tabela de nível de vencimento básico aplicável aos servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná, e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 653/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os valores básicos dos vencimentos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de

Justiça do Paraná vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados de conformidade com a tabela constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.
(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS ANEXO I

ORDEM	A	B	C	D	E	F
1	933,48	1.203,47	1.541,57	1.943,78	2.873,34	3.707,04
2	955,32	1.231,15	1.573,01	1.989,31	2.940,69	3.793,90
3	977,68	1.259,47	1.605,11	2.035,92	3.009,57	3.882,78
4	1.000,55	1.288,44	1.642,66	2.083,60	3.080,08	3.973,76
5	1.023,97	1.318,07	1.681,10	2.132,44	3.152,24	4.066,86
6	1.047,93	1.348,38	1.720,44	2.182,40	3.226,11	4.162,15
7	1.072,45	1.379,39	1.760,69	2.233,53	3.301,69	4.259,67
8	1.097,54	1.411,12	1.801,89	2.285,86	3.379,04	4.359,48
9	1.123,22	1.443,58	1.844,06	2.339,41	3.458,23	4.461,61
10	1.149,51	1.476,78	1.887,21	2.394,24	3.539,26	
11	1.176,41	1.510,74	1.931,38	2.450,35	3.622,17	

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto dispõe sobre o reajuste da tabela dos níveis dos valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos titulares de cargos efetivos do Tribunal de Justiça do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, a título de recomposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de julho de 2004 a setembro de 2005 e sua projeção até o final do exercício de 2005, resultando num percentual de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) aplicável sobre os atuais níveis de vencimentos básicos dos servidores, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

A tabela de vencimentos básicos de que trata o Anexo I desta Lei substitui àquela constante do Anexo II da Lei Estadual nº 14.506, de 01 de outubro de 2004 e reflete a política adotada no âmbito deste Tribunal de Justiça no que se refere à manutenção do poder aquisitivo dos vencimentos dos servidores, atenuando as perdas inflacionárias ocorridas nos últimos 18 (dezoito) meses,

atendendo-se, por conseguinte, o preceito constitucional de se preservar o valor real da remuneração dos servidores deste Tribunal de Justiça, conforme critérios estabelecidos em lei (artigo 37, inciso X, combinado com o artigo 40, parágrafo 8º, da CF).

O impacto anual da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir de 01 de janeiro de 2006, totalizará um acréscimo no montante de despesa bruta com pessoal de R\$ 19.495.731,20 (dezenove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e vinte centavos), valor esse a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Paraná no exercício de 2006, não comprometendo o limite de gastos com pessoal em encargos do Poder Judiciário, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, passando a despesa líquida de pessoal a representar cerca de 3,90% (três vírgula noventa por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,70%, cf. artigo 22, parágrafo único).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL - SETEMBRO/2004 A AGOSTO/2005

LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1.000,00

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS
	Set/2004 a Ago/2005
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	376.095
Pessoal Ativo	325.097
Pessoal Inativo	151.463
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF e Res. nº 7598/02 - TC)	100.465
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrente de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	34.604
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.911
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	63.950
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	92
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II)	376.186
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (III) (*)	10.027.776
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV)=(I+II)/(III)	3,75%
LIMITE MÁXIMO - (art. 20 da LRF) - 6,00%	601.667
LIMITE PRUDENCIAL - (art. 22 da LRF) - 5,70%	571.583

FONTE: Relatórios contábeis junto ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando inclusive os dados financeiros do extinto Tribunal de Alçada, face a E. C. nº 45, de 08/12/2004.

Site: www.tj.pr.gov.br/contas/def.asp.

(aa) TADEU MARINO LOYOLA COSTA - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

NELSON BATISTA PEREIRA - Secretário do Tribunal de Justiça do Estado

VILMAR FARIAS - Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 653/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná, reajusta a tabela de vencimentos básicos dos seus servidores ativos e inativos, titulares de cargos efetivos.

Fundamentação

O presente projeto tem por objeto atender ao preceito constitucional de preservação do valor real da remuneração dos servidores públicos. Isso se dá, de acordo com a interpretação do artigo 37, inciso X, combinado com o artigo 40, parágrafo 8º, da Constituição Federal, a saber:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade,

impressoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor

real, conforme critérios estabelecidos em lei. (grifo nosso)

Quanto à competência para deflagrar processo legislativo sobre a matéria abordada, a Constituição do Estado do Paraná postula:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal; (grifo nosso)

Assim sendo, nota-se que o Tribunal de Justiça detém competência para propor tal medida, desde que atendidos os dispositivos constitucionais mencionados.

Ademais, a respeito do impacto econômico e financeiro, verifica-se que o projeto atende aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, pois ele demonstra que o dispêndio necessário para a consecução de tal medida será suportado pela dotação orçamentária própria do Tribunal de Justiça. Ainda, a despesa líquida ficará abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal limite está fixado em 95% do limite de despesa total com pessoal (limite total de 6% para o Poder Judiciário Estadual estabelecido no artigo 20, inciso II, alínea B da LC 101/2000).

Assim sendo, tal montante passará a corresponder 3,9% da Receita Líquida Corrente do Poder Judiciário, ficando, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (95% do limite de despesa total - 6%), estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estas informações podem ser consultadas nos documentos em anexo ao projeto, que esclarecem qualquer dúvida a respeito do impacto financeiro e econômico.

Da mesma forma, de acordo com declaração, anexa ao projeto, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constata-se que as despesas decorrentes do projeto de lei estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2006 e no Plano Plurianual 2004/2007, respeitando-se, assim, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Assim se configura tal dispositivo:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes:

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício:

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições. (grifo nosso)

Desta maneira, conforme o exposto, infere-se que o projeto em tela obedece aos preceitos constitucionais, e encontra-se dentro da esfera de atribuições do Tribunal de Justiça, sendo, portanto, legítima propositura. No mesmo sentido, verificou-se que tal proposta atende a todos os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conclusão:

Dentro desse paradigma, verifica-se que o projeto encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à **técnica legislativa**, se verifica que não foi observada a disposição pertinente ao artigo 9º da Lei Complementar n 95/98, o qual determina que **a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas**. Assim, torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Assim, sugerimos a elaboração de emenda substitutiva e emenda modificativa, para a adequação do projeto à técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95/98. Portanto, faz-se necessária a substituição da cláusula revogatória e a modificação do artigo 1º do presente projeto, na forma das emendas em anexo.

Assim sendo, em decorrência de parecer, inferimos pela aprovação do projeto que ora se analisa, devido a motivos já explicitados.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 653/2005

Fica substituída a cláusula revogatória contida no artigo 3º do Projeto de Lei nº 653/2005, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006 ficando revogada Tabela de Vencimentos

Básicos constante do Anexo II da Lei Estadual nº 14.506, de 01 de outubro de 2004.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoioamento:

André Vargas e Hermes Fonseca.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 738/2005, dispondo sobre a tabela de nível de proventos aplicável aos serventuários aposentados do foro extrajudicial do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 654/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A Tabela Única que fixou os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial do Estado do Paraná de que trata o artigo 1º da Lei Estadual nº 14.805, de 20 de julho de 2005 passa a vigorar na forma do Anexo I desta lei.

Art. 2º As despesas decorrentes do reajuste de proventos concedido aos serventuários aposentados do foro extrajudicial correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.2005.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

TABELA DE NÍVEIS DOS PROVENTOS BÁSICOS DOS SERVENTUÁRIOS FORO EXTRAJUDICIAL		
ANEXO I		
CARGOS	NÍVEIS	PROVENTOS BÁSICOS

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

ENTRÂNCIA FINAL	E4	3.080,08
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	3.009,57
ENTRÂNCIA INICIAL	E2	2.940,69

TABELIÃO DE NOTAS

ENTRÂNCIA FINAL	E4	3.080,08
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	3.009,57
ENTRÂNCIA INICIAL	E2	2.940,69

OFICIAL DE PROTESTOS DE TÍTULOS

ENTRÂNCIA FINAL	E4	3.080,08
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	3.009,57
ENTRÂNCIA INICIAL	E2	2.940,69

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS P.J.

ENTRÂNCIA FINAL	E4	3.080,08
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	3.009,57
ENTRÂNCIA INICIAL	E2	2.940,69

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL, NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO

ENTRÂNCIA FINAL	E4	3.080,08
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	3.009,57

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

ENTRÂNCIA INICIAL	E2	2.940,69
-------------------	----	----------

ESCRIVÃO DISTRITAL

ENTRÂNCIA FINAL	E4	2.873,34
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	2.450,35
ENTRÂNCIA INICIAL	E2	2.394,24

OFICIAL MAIOR (SEDE DE COMARCA)

ENTRÂNCIA FINAL	E4	2.873,34
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	2.450,35
ENTRÂNCIA INICIAL	E2	2.394,24

OFICIAL MAIOR (CARTÓRIO DISTRITAL)

ENTRÂNCIA FINAL	E4	2.394,24
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	2.083,60
ENTRÂNCIA INICIAL	E2	1.541,57

ESCREVENTE JURAMENTADO (SEDE DE COMARCA)

ENTRÂNCIA FINAL	E4	2.394,24
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	2.083,60
ENTRÂNCIA INICIAL	E2	1.541,57

ESCREVENTE JURAMENTADO (CARTÓRIO DISTRITAL)

ENTRÂNCIA FINAL	E4	1.541,57
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	E3	1.411,12
ENTRÂNCIA INICIAL	E2	1.259,47

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto dispõe sobre o reajuste da tabela dos níveis de proventos dos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, a título de recomposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de julho de 2004 a setembro de 2005 e sua projeção até o final do exercício corrente de 2005, resultando num percentual de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) aplicável sobre os atuais níveis dos valores dos proventos básicos dos referidos serventuários, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

A tabela que fixou os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná de acordo com o artigo 1º da Lei Estadual nº 14.805 de 20 de julho de 2005 passa a vigorar na forma do Anexo I do presente anteprojeto de lei, e reflete a política adotada no âmbito deste Tribunal de Justiça no que se refere à manutenção do poder aquisitivo dos proventos percebidos pelos serventuários, atenuando as perdas inflacionárias ocorridas nos últimos 18 (dezoito) meses, atendendo-se, por conseguinte, o pre-

ceito constitucional de se preservar o valor real dos proventos dos citados serventuários aposentados pelo Tribunal de Justiça do Paraná, conforme critérios estabelecidos em lei (artigo 40, parágrafo 8º da CF) e na forma disposta no artigo 3º da Lei Estadual nº 14.805, de 20 de julho de 2005.

A razão do encaminhamento de anteprojeto em separado para tratar do reajuste da tabela dos níveis dos proventos dos serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, justifica-se pela impossibilidade de utilização da mesma tabela de vencimentos do quatro de servidores da ativa para reajustar proventos dos serventuários do Foro Extrajudicial em face de sua situação peculiar, pois não são remunerados pelos cofres públicos, nem ocupam cargos efetivos.

O reajustamento dos proventos destes serventuários deverão ser feitos em sede própria, por proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (artigo 3º, Lei nº 14.805/2005) e não mais por vinculação com as leis que tratam dos servidores titulares de cargos efetivos no âmbito deste Tribunal de Justiça do Paraná.

O impacto anual da presente proposta, que terá efeito financeiro a partir de 01 de janeiro de 2006, totalizará um acréscimo no montante da despesa bruta com pessoal e encargos de R\$ 1.639,902,81 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, novecentos e dois reais e oitenta e um centavos), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Paraná, não comprometendo o limite de

gastos com pessoal e encargos do Poder Judiciário, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, passando a despesa líquida de pessoal para algo em torno de 4,06% (quatro vírgula zero seis por cento) da Receita Líquida, portanto abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (5,70%, cf. artigo 22, parágrafo único).

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL - SETEMBRO/2004 A AGOSTO/2005

LRF, artigo 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1.000,00

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS
	Set/2004 a Ago/2005
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	376.095
Pessoal Ativo	325.097
Pessoal Inativo	151.463
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF e Res. nº 7598/02 - TC)	100.465
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrente de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	34.604
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.911
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	63.950
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	92
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I + II)	376.186
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (III) (*)	10.027.776
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV)=(I+II)/(III)	3,75%
LIMITE MÁXIMO - (art. 20 da LRF) - 6,00%	601.667
LIMITE PRUDENCIAL - (art. 22 da LRF) - 5,70%	571.583

FONTE: Relatórios contábeis junto ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando inclusive os dados financeiros do extinto Tribunal de Alçada, face a E. C. nº 45, de 08/12/2004.
Site: www.tj.pr.gov.br/contas/def.asp.

(aa) TADEU MARINO LOYOLA COSTA - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado
NELSON BATISTA PEREIRA - Secretário do Tribunal de Justiça do Estado
VILMAR FARIAS - Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

FONTE: Relatório contábeis junto ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando inclusive os dados financeiros do extinto Tribunal de Alçada, face a E.C. nº 45, de 08.12.04. Site: www.tj.pr.gov.br/contas/def.asp

(aa) TADEU MARINO LOYOLA COSTA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado
NELSON BATISTA PEREIRA
Secretário do Tribunal de Justiça do Estado
VILMAR FARIAS

Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL), que as despesas decorrentes do Anteprojeto anexo, estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2006 e no Plano Plurianual 2004/2007.

Curitiba, 18 de outubro de 2005.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA
Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

OFÍCIO Nº 738/2005-G.P.

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Com a mais elevada consideração, dirijo-me a V. Exa. para encaminhar, para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos proventos de aposentadoria dos Serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, na forma da tabela constante do Anexo I, acompanhado da respectiva justificativa, do relatório de gestão fiscal do exercício corrente deste Tribunal e da declaração de regularidade da despesas, de conformidade com o disposto no artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.

Contando com a sensibilidade administrativa que sempre o caracterizou no exercício de tão relevante função pública e, por isso mesmo, certo de contar com a sua atenção e presteza, consigno a V. Exa. as mais elevadas expressões de consideração e apreço.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA

Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 654/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná, reajusta a tabela de proventos dos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná.

Fundamentação

O presente projeto tem por objetivo atender ao preceito constitucional de preservação do valor real da remuneração dos servidores públicos. Isso se dá, de acordo com a interpretação do artigo 37, inciso X, combinado com o artigo 40, parágrafo 8º, da Constituição Federal, a saber:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (grifo nosso)

Cabe ressaltar, que o reajustamento desses serventuários deverá ser feito em sede própria, por proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (artigo 3º, Lei nº 14.805/2005) e não mais por vinculação com as leis que tratam dos servidores titulares de cargos efetivos no âmbito deste Tribunal.

Quanto à competência para deflagrar processo legislativo sobre a matéria abordada, a Constituição do Estado do Paraná postula:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal (grifo nosso)

Nota-se que o Tribunal de Justiça detém competência para propor tal medida, desde que atendidos os dispositivos constitucionais mencionados.

Ademais, a respeito do impacto econômico e financeiro, verifica-se que o projeto atende aos requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, pois ele demonstra que o dispêndio necessário para a consecução de tal medida será suportado pela dotação orçamentária própria do Tribunal de Justiça. Ainda, a despesa líquida ficará abaixo do limite prudencial definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal limite está fixado em 95% do limite de despesa total com pessoal (limite total de 6% para o Poder Judiciário Estadual estabelecido no artigo 20, inciso II, alínea B da LC 101/2000)

Assim sendo, tal montante passará a corresponder a 4,06% da Receita Líquida Corrente do Poder Judiciário, ficando, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (95% do limite de despesa total - 6%), estabelecido pela Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estas informações podem ser consultadas nos documentos em anexo ao projeto, que esclarecem qualquer dúvida a respeito do impacto financeiro e econômico.

Da mesma forma, de acordo com declaração, anexa ao projeto, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constata-se que as despesas decorrentes do projeto de lei estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2006 e no Plano Plurianual 2004/2007, respeitando-se, assim, o disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Assim se configura tal dispositivo:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por créditos genéricos, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesse instrumento e não infrinja qualquer de suas disposições. (grifo nosso)

Desta maneira, conforme o exposto, infere-se que o projeto em tela obedece os preceitos constitucionais, e encontra-se dentro da esfera de atribuições do Tribunal de Justiça, sendo, portanto, legítima a propositura. No mesmo sentido, verificou-se que tal proposta atende a todos os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o projeto encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, verifica-se que não foi observada a disposição pertinente ao artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, o qual tramita que *a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Assim, torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Assim, sugerimos a elaboração de emenda supressiva, para a adequação do projeto à técnica legislativa exigida pela Lei Complementar 95/98. Portanto, faz-se necessária a substituição da cláusula revogatória, na forma da emenda em anexo.

Assim sendo, em decorrência de parecer, inferimos pela aprovação do projeto que ora se analisa, devido a motivos já explicitados.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 654/2005

Fica suprimida a cláusula revogatória contida no artigo 3º do Projeto de Lei nº 654/2005, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2006.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoioamento: Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 654/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 654/2005, de autoria do Tribunal de Justiça, dispõe sobre a tabela de nível de proventos aplicável aos serventários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional sob o ponto de vista orçamentário.

O tribunal apresenta como impacto orçamentário o valor total de R\$ 1.639.902,81 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, novecentos e dois reais e oitenta e um centavos) a ser suportado pelo orçamento do próprio Tribunal e que se encontra dentro dos parâmetros de despesa líquida com pessoal, conforme artigo 22, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O projeto vem acompanhado ainda da Declaração do Ordenador da Despesa de que as despesas decorrentes estão contempladas na proposta orçamentária do exercício financeiro de 2006 e Plano Plurianual 2004/2007.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 658/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, declarando de Utilidade Pública a Organização Beija-Flor, com sede e foro no Município de Cambé. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2005, de 25/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 08).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 658/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Durval Amaral, declara de Utilidade Pública a Organização Beija-flor, com sede e foro no município de Cambé-PR.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, e

ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 682/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Secção Palmital, com sede e foro no município de Assaí, no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 682/2005, de 07/11/2005, em Projetos de Lei, pág. 18).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 682/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Secção Palmital, com sede e foro no município de Assaí, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/2005, objetivando fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.312 (vinte mil, trezentos e doze) policiais militares, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 125/2005, de 09/11/2005, em Mensagens, pág. 04).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 700/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Chefe do Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 700/2005, objetiva fixar o efetivo da Polícia

Militar do Estado do Paraná, em 20.312 (vinte mil, trezentos e doze) policiais militares, bem como alterar a Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR).

Em sua justificativa o autor afirma que *o plano de lei ora submetido à elevada apreciação dessa Casa consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, acrescentando mais 75 (setenta e cinco) Militares Estaduais ao atual efetivo, necessitando tão somente de promoções internas, ensejar-se-á condições no sentido de prestar aporte à transformação do atual Batalhão da Polícia Florestal em Batalhão Força Verde, com mais duas Companhias de Polícia Militar (uma em Londrina e outra em Foz do Iguaçu), sendo remanejadas as Companhias já existentes para os municípios de Paranaguá e Guarapuava.*

Conclui a mensagem: *O Batalhão da Polícia Florestal, com a nova designação de “Batalhão Força Verde”, aliado à estrutura organizacional proposta, terá muito mais condições de cumprir com sua indeclinável missão. Dentro de um cenário moderno e amplo, além de melhor contextualizar e sedimentar as atividades de polícia ambiental no Estado do Paraná, como forma de prevenir e fortalecer o uso sustentado dos nossos recursos naturais, também se conseguirá proteção efetiva do meio ambiente, para a atual e futuras gerações.*

Da legalidade e constitucionalidade

A Constituição do Estado do Paraná, reprisando o contido no artigo 61, parágrafo 1º, II, a, f da Carta Republicana diz em seu artigo 66, III:

Ressalvado o disposto nesta Constituição: são de iniciativas privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.

De outro lado, a Lei Complementar nº 101/2000, acompanhando o texto do artigo 137, parágrafo 1º, I da Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 16 determina que:

A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes:

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A ausência destes dados em sede de análise constitucional poderá ser compreendido com atribuição ainda a ser observada pela Comissão de Finanças a quem competirá analisar os aspectos do mérito do projeto de lei.

Do Voto

Sob o ângulo da constitucionalidade e forma da Lei Complementar nº 095/98, somos de parecer favorável à sua tramitação e aprovação nos termos do parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 700/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 058/2005, e que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.312 (vinte mil, trezentos e doze) policiais militares, distribuídos pelos postos e graduações, bem como alterar a Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR).

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela, não encontra nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Objetiva o plano de lei acrescer mais 75 (setenta e cinco) Militares Estaduais ao atual efetivo, necessitando tão somente de promoções internas, criando condições no sentido de prestar aporte à transformação do atual Batalhão de Polícia Florestal em Batalhão Força Verde, com mais duas Companhias de Polícia Militar (uma em Londrina e outra em Foz do Iguaçu), sendo remanejadas as Companhias já existentes para os municípios de Paranaguá e Guarapuava.

Contudo, esta relatoria entende que há necessidade de apresentar Emenda, visando a criação de 01 (uma) vaga de Capitão PM Músico de 01 (uma) segunda vaga de 2ª Tenente PM Músico, ambas no Quadro de Oficial Especialista Músico da Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná.

No âmbito dos Quadros de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, o único a não proporcionar a vaga de Capitão é a especialidade de Músico, o que caracteriza

uma clara limitação ou ainda discriminação que não condiz com a função que exerce o Chefe da Banda de Música. Com relação à criação da segunda vaga de 2º Tenente, justifica-se na medida em que a Banda de Música, por vezes, divide-se em duas frações, dado ao grande número de apresentações solicitadas pelos mais diversos segmentos de nossa sociedade, onde, devido à grande importância dos eventos faz-se necessário a presença de um Oficial Músico na condução das sessões musicais.

Devemos salientar que alguns estados da federação já contemplam tais solicitações, a saber: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Sergipe.

A Banda de Música da Polícia Militar do Paraná, é uma unidade centenária, sendo que o seu tempo de existência é quase o mesmo da Corporação, daí a sua importância no contexto da nossa sociedade, surgindo deste modo, a necessidade de se ter em seu comando ou em sua chefia um oficial talhado com tais características e aspectos profissionais e que venha conseqüentemente corresponder à imagem que se espera de uma Unidade Musical como a Banda de Música da PMPR.

Diante do exposto, é o nosso parecer favorável, na forma da Emenda Aditiva e Modificativa apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 700/2005

Art. 1º Dá nova redação ao artigo 1º do projeto em questão, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 20.314 policiais-militares.

Art. 2º Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art.... Ficam criadas 01 (uma) vaga de Capitão PM Músico e 01 (uma) segunda vaga de 2ª Tenente PM Músico, no Quadro de Oficial Especialista Músico da Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná, acrescentando-se tais vagas ao anexo I, do artigo 2º do projeto em epígrafe.

Art. 2º Fica modificado o anexo I do artigo 2º do presente projeto, que passa a ser o seguinte:

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2º

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO I								
QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	38	63	189	206	245	753
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Med	1	5	6	6	16		34
	PM Dent	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq		2	1	1	3		7
	PM Vet				3	2		5
QOA					13	25	75	113
QCPM						1		1
QOE	Músicos				1	1	2	4
TOTAL		16	57	102	273	326	383	1157

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/2005, objetivando majorar a remuneração Policial-Militar as patentes de soldado de 1ª classe a primeiro tenente. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 125/2005, e 09.11.2005, em Mensagem, pag. 05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 701/2005

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O projeto de lei em análise pretende alterar a gratificação Policial-Militar Especial, nos termos especificados em seu anexo.

Fundamentação

Analisando-se a competência, encontra-se o disposto no artigo 66, inciso I e III, da Constituição Estadual do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Portanto, a iniciativa quanto a leis que disponham sobre a organização da Polícia Militar, bem como a alte-

ração de sua remuneração, é de competência do Governador do Estado, sendo o presente projeto competente para tal fim.

Conclusão

Assim somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 701/2005

Art. 1º A Gratificação Policial-Militar Especial de que trata o artigo 89, item 3, da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 13.809, de 08 de outubro de 2002, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passa a ter os índices constantes do anexo que integra a presente lei.

§ 1º A implantação dos valores relativos aos índices da Gratificação Policial-Militar Especial de que trata este artigo, será efetivada, preferencialmente, em três parcelas e, no máximo, em sete parcelas mensais, não cumulativas, calculadas com base na aplicação direta dos índices constantes do anexo que integra esta lei, mês a mês, respectivamente, obedecido o disposto na Lei Complementar 101/2000.

§ 2º A primeira parcela referente à implantação de que trata este artigo será devida no mês de janeiro de 2006.

Art. 2º Fica criada a Gratificação Técnica, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do soldo da respectiva graduação, a ser paga às Praças da Polícia Militar graduados em curso de nível superior, com o

objetivo de propiciar o desenvolvimento na carreira militar.

Parágrafo Único. A Gratificação Técnica de que trata este artigo é devida a partir da data de averbação do diploma de conclusão de curso superior nos registros funcionais do policial militar, após reconhecimento em processo próprio pelo Comandante Geral da PMPR e homologação do Chefe do Poder Executivo, de conformidade com as disponibilidades do Estado, sem operar efeito financeiro retroativo em qualquer hipótese.

Art. 3º Os artigos 13 e 89, da Lei 6.417, de 3 de julho de 1973, passam a vigorar, respectivamente, acrescidos dos itens 5 e 4, com as seguintes redações:

Art. 13...

5 - gratificação técnica, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do soldo da respectiva graduação, a ser paga às Praças graduadas em curso de nível superior.

Art. 89...

4 - gratificação técnica.

Art. 4º O artigo 117, da Lei 6.417, de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 117. O militar que preencher os requisitos estabelecidos no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei 1.943, de 23 de junho de 1954, e optar por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, subsistindo até que seja transferido para a inatividade.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

Apoiamento:

Reni Pereira, Luiz Carlos Martins, José Maria Ferreira, Carlos Simões e Delegado Braddock.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 719/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Federação Paranaense das Associações de Produtores Rurais - Fepar, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 719/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública a Federação Paranaense das Associ-

ações de Produtores Rurais - Fepar, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Águia - Grupo de Proteção e Recuperação Ambiental, com sede e foro no município de Joaquim Távora. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 725/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Águia - Grupo de Proteção e Recuperação Ambiental, com sede e foro no município de Joaquim Távora, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 730/2005, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública o Clube Esportivo e Recreativo Elo Unido, com sede na cidade de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 730/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública o Clube Esportivo e Recreativo Elo Unido, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, dispondo questões relativas à administração tributária do ICMS (Prodepar). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 130/2005, de 23/11/2005, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 736/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto, de autoria do Deputado Estadual Durval Amaral, visa regulamentar questões relativas à administração tributária do ICMS no Estado do Paraná.

Legitimidade

Os princípios gerais da ordem econômica, estabelecidos na Constituição do Estado, visam senão as melhores condições para o desenvolvimento da atividade comercial, da atividade econômica geradora de empregos, em especial daquelas de médio porte, senão vejamos:

Art. 139. A organização da atividade econômica, fundada na valorização do trabalho, na livre iniciativa e na proteção do meio ambiente, tem por objetivo assegurar existência digna para todos, conforme os mandamentos da justiça social e com base nos princípios estabelecidos na Constituição Federal.

Art. 140. Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 243. As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Estado tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, por meio da lei.

Parágrafo Único. O Poder Público estimulará a atividade artesanal.

Conforme reza a Constituição Estadual supracitada, o Estado tem a prerrogativa de regular a cobrança do ICMS enquanto tributo estadual, bem

como sua regulamentação na forma que entender necessário.

Nesse sentido, o projeto encontra-se em plenitude com o entendimento constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto a técnica legislativa Lei Complementar nº 95/98, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, bem como a iniciativa da proposição.

É diante da **constitucionalidade** do presente projeto aferida, que opinamos pela sua **aprovação e regular tramitação**.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 3838, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, eu não entendi, mas o item 9 da Sessão anterior, que tratava sobre a mensagem - Lei Complementar nº 699/2005, sobre os vencimentos da Polícia Civil, não foi incluído nesta Sessão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, não foi incluído. Será incluído na pauta de segunda-feira.

Só incluímos nesta Sessão aqueles que tinham sido votados em 1ª Discussão.

Com a palavra, Pela Ordem, Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Só uma pergunta: estamos vendo no item 9, o projeto de lei do aumento do policial civil, ou o policial militar?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi votado na Sessão anterior.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 099, 100, 653, 654, 658, 682, 700, 701, 719, 725, 730 e 736/2005; e do Projeto de Lei Complementar nº 699/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 080/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 92/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8129, datado de 19 de outubro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de sessenta (60) dias, a partir de 18 de outubro de 2005, término 17 de dezembro de 2005. CID 10 F32.2 e F 43 1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.10.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 93/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8297, datado de 24 de outubro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ERONI APARECIDA CUSTÓDIO, matrícula nº 40242, de quinze (15) dias, a partir de 01 de outubro de 2005, término 15 de outubro de 2005. CID 10 E11.8.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.10.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas de Comissão

Obras Públicas, Transportes e Comunicações

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e cinco, reuniram-se na Sala das Comissões os nobres Pares da presente Comissão, para realizar reunião ordinária mediante pauta pré-definida; comparecendo para a mesma os Deputados: André Vargas, presidente; Rafael Greca, Antonio Anibelli, Marcos Isfer que solicitou a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior (7ª reunião ordinária), solicitação aceita por todos. A seguir o Presidente passou à pauta do dia: 1) Projeto de Lei nº 631/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/2005. Relator: Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 630/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/2005. Relator: Deputado Durval Amaral (ausente) sendo relatado pelo Presidente. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 528/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator: Deputado Durval Amaral (ausente), sendo relatado pelo Presidente. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 593/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Durval Amaral (ausente), sendo relatado pelo Presidente. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 660/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator: Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 664/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Relator: Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo Presidente e demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(a) ANDRÉ VARGAS - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PEDIDO DE ADESÃO

NEOSILFA DA SILVA, matrícula nº 40.443, endereço: rua Desembargador Antonio Ferreira da Costa, 45 - Cajuru, cidade: Curitiba, CEP 82960-060, UF: PR, remuneração mensal estimada: R\$ 2.508,42, CPF 462.550.879-72, telefone: (41)3226-1484, lotação: Coordenadoria da Ata, data de nascimento: 05/02/51.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 411, de 31 de agosto de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de Técnico Administrativo.

Curitiba, 30.11.2005.

(a) NEOSILFA DA SILVA